

UM TEXTO, QUANTOS SENTIDOS? CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA TEXTUAL E DA ANÁLISE DO DISCURSO NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

Elisa Marchioro STUMPF

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Neste artigo, pretendemos discutir as possibilidades de interpretação oferecidas por duas teorias que se ocupam do objeto texto, a saber, a linguística textual e a análise do discurso de linha francesa. Para tanto, iniciamos expondo o que tais teorias entendem a respeito de texto e de conceitos próximos. Posteriormente, procuramos utilizar os constructos teóricos oferecidos por tais teorias para analisar um texto e verificar como elas podem auxiliar no processo de compreensão dos possíveis sentidos do texto.

Palavras-chave: texto, sentido, linguística textual, análise do discurso

ONE TEXT, HOW MANY MEANINGS? CONTRIBUTIONS FROM TEXT LINGUISTICS AND DISCOURSE ANALYSIS FOR BUILDING MEANING

Abstract: In this article, we intend to discuss the possibilities for constructing meaning offered by two theories: text linguistics and French discourse analysis. In order to do so, we begin by explaining how these theories see the concept of text and other notions related to this. After that, we try to use the theoretical tools offered by such theories in order to analyze a text and verify how they can help in the process of interpreting the possible meanings of a text.

Keywords: text, meaning, text linguistics, discourse analysis

UN TEXTO, CUÁNTOS SENTIDOS? CONTRIBUCIONES DE LA LINGUÍSTICA TEXTUAL Y DEL ANÁLISIS DEL DISCURSO EN LA CONSTRUCCIÓN DE SENTIDOS

Resumen: En este artículo, pretendemos discutir las posibilidades de interpretación ofrecidas por dos teorías que se ocupan del objeto texto: la linguística textual y el análisis del discurso de línea francesa. Para hacerlo, empezamos exponiendo como tales teorías abordan el concepto de texto y otras nociones a él relacionadas. Luego, buscamos utilizar los constructos teóricos ofrecidos por estas dos teorías para analizar un texto y verificar como ellas pueden ayudarnos en el proceso de comprensión de los sentidos del texto.

Palabras clave: texto, sentido, linguística textual, análisis del discurso.

INTRODUÇÃO

Dominique Maingueneau, em um artigo intitulado “*L’unité de la linguistique*”, faz uma reflexão a respeito da heterogeneidade do campo linguístico, afirmando que o mesmo é radicalmente heterogêneo em função da forma como as diversas teorias recortam seu objeto. Sem se ater a metáforas que poderiam trazer consigo juízos de valor a respeito da importância e validade de certas teorias em detrimento de outras (como a de centro vs. periferia), o autor distingue dois planos no interior da linguística: um plano gramatical, chamado de abordagem A, e outro hipergramatical, chamado de abordagem A’.

As teorias reunidas na abordagem A preocupam-se em manter a autonomia do seu território, construindo modelos e articulando regras sobre princípios especificamente linguísticos. As teorias que se abrigam na abordagem A’, por sua vez, apóiam-se sobre outros campos e, com isso, tornam-se naturalmente instáveis. Essa discussão interessa-nos na medida em que podemos pensar o texto como um objeto que, dada a sua complexidade, exige que sejam convocadas teorias vindas de outros campos, de maneira a compreender como se constroem os seus sentidos.

Este trabalho pretende discutir a noção de texto, que à primeira vista parece ser da ordem do óbvio e do evidente dentro dos estudos linguísticos, para mostrar que ela se constituiu diferentemente de acordo com o domínio teórico que a reclama. Para isso, percorremos um percurso através de duas teorias, a saber, linguística textual e análise do discurso, a fim de tentar entender como essas diferentes teorias entendem o texto e conceitos relacionados a ele, tais como exterioridade, discurso, sentido, entre outros. Embora procuremos identificar uma noção de texto em cada enfoque diferente, não tentaremos homogeneizar possíveis divergências de concepção da noção de texto dentro das próprias teorias, pois acreditamos que as duas teorias selecionadas constituem, em si mesmas, campos bastante heterogêneos.

Em segundo lugar, faremos a análise de um texto selecionado, uma nota intitulada “Cavalheiros armados”, publicada no jornal Zero Hora de 13 de julho de 2008, para mostrar e discutir as implicações metodológicas dos enfoques teóricos expostos anteriormente. Por fim, faremos um cotejo entre as teorias para observar pontos de contato ou distanciamento entre as mesmas, com o cuidado de preservar as especificidades subjacentes a cada teoria.

1. TEXTO E NOÇÕES PRÓXIMAS: ENFOQUES TEÓRICOS

Inicialmente, procuramos fazer um mapeamento do conceito de texto através dos dois campos teóricos selecionados (linguística textual e análise do discurso) e de conceitos vizinhos ao de texto em cada teoria. Começaremos pela linguística textual, que pelo seu próprio nome poderia levar-nos a pensá-la como detentora de direito do conceito de texto. Terminaremos com a análise do discurso de linha francesa, como proposta por Michel Pêcheux, na qual o conceito de texto é, por muitas vezes, confundido com o conceito de discurso, objeto próprio e central da teoria.

Se podemos pensar de antemão em um ponto em comum entre as duas teorias, é o fato de que elas fazem parte de um esforço teórico amplo, iniciado na década de 60, que se contrapõe à linguística estrutural numa tentativa de ultrapassar o limite da frase e ampliar o objeto de estudo, reintroduzindo também o sujeito e a situação de comunicação (BENTES, 2003).

1.1. LINGUÍSTICA TEXTUAL

Embora tenhamos afirmado acima que a linguística textual, cujo objeto de estudo é o próprio texto, poderia ser a teoria que determinasse, com precisão, o que é texto, encontramos nesse campo diferentes conceitos de texto, fato creditado tanto à evolução temporal da disciplina quanto às diferentes correntes que foram entrando no campo. É o que as palavras de Koch (2004, p. XI) corroboram: “o desenvolvimento desse ramo [...] vem girando em torno das diferentes concepções de texto que ela tem abrigado durante seu percurso, o que acarretou diferenças bastante significativas entre uma e outra etapa de sua evolução”.

De acordo com Bentes (2003, p. 246), podem-se distinguir três momentos dos estudos textuais. Em um primeiro momento, o interesse recaía na análise transfrástica como forma de explicar fenômenos que as teorias sintáticas e/ou semânticas limitadas ao nível da frase não davam conta. Nessa época, o texto era predominantemente pensado como “unidade linguística (do sistema) superior à frase” ou como “sucessão ou combinação de frases” (KOCH, 1995, p. 21). O que definiria um texto era um conjunto de propriedades expressas na forma de organização do material linguístico.

Em um segundo momento, a partir dos estudos gerativistas propostos por Chomsky, há um impulso em direção à construção de gramáticas textuais, de modo a descrever a

competência textual do falante, dado que “todo falante nativo possui um conhecimento acerca do que seja um texto” (LANG, 1972, apud BENTES, 2003, p. 249). As tarefas das gramáticas textuais seriam: a) verificar o que faz com que um texto seja um texto, ou seja, quais seus princípios de constituição; b) levantar os critérios para a delimitação de textos e c) diferenciar espécies de texto (FÁVERO & KOCH, 1983, apud BENTES, 2003, p. 250-251). Nesses estudos, o texto é visto como “a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, (que) constitui uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual” (KOCH, 2004, p. 6).

Nessas etapas iniciais, de cunho fortemente sintático e semântico, podemos perceber que o texto é entendido como uma estrutura que constitui uma unidade delimitada e deve ser estudado nos seus aspectos formais e como um produto da competência de um falante idealizado.

Em um terceiro momento, há uma grande transformação dos estudos do texto a partir da virada pragmática, ocasionada pela consideração de que o texto passa a ser a unidade de comunicação e interação humana. Segundo Bentes (2003, p. 247),

o texto passa a ser estudado dentro de seu contexto de produção e a ser compreendido não como um produto acabado, mas como um processo, resultado de interações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas.

Assim, o texto passa a ser abordado no próprio processo de planejamento, verbalização e construção (KOCH, 1995, p. 22). À virada pragmática soma-se a orientação cognitiva que os estudos assumem a partir da década de 80, que surge da ideia de que toda ação é acompanhada de processos de ordem cognitiva. Há também uma relação da visão cognitivista com a abordagem interacionista, que considera a interação e o compartilhamento de conhecimentos como base da atividade linguística. Assim, o texto passa a ser visto como “o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2004, p. 33).

Para considerar um texto como uma ocorrência comunicacional, o mesmo deve atender sete critérios (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981, apud KOCH, 2004): coesão e coerência (centrados no texto) e situacionalidade, informatividade, textualidade, intencionalidade e aceitabilidade (centrados no usuário).

Por coerência entende-se “o modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentidos” (KOCH, 2004, p. 40). Assim, a coerência seria um dos critérios de textualidade e permitiria dizer se um texto é ou não é coerente. Entretanto, na década de 80, Charolles (1988) argumenta que não há textos incoerentes em si: a coerência depende de outros fatores externos ao texto, como usuários (principalmente o receptor) e a situação. A coerência é tida como um princípio de aceitabilidade: “o texto será incoerente se seu produtor não souber adequá-lo à situação, levando em conta intenção comunicativa, objetivos, destinatário, regras socioculturais, outros elementos da situação, uso dos recursos linguísticos etc” (CHAROLLES, 1988, apud BENTES, 2003, p. 258).

Por coesão entende-se a forma como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se interligam por meio de recursos linguísticos, formando um tecido. Halliday e Hasan (1976, apud KOCH, 2004) diferenciam cinco formas de coesão: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical, que foram posteriormente classificadas em dois grupos: coesão remissiva ou referencial (referência, substituição, elipse e parte da coesão lexical) e coesão sequencial (conjunção e parte menor da coesão lexical). A coesão referencial pode ser criada por elementos de ordem gramatical, como pronomes, numerais, artigos, etc. Elementos de ordem lexical também podem ser responsáveis pela coesão referencial, com a utilização de repetição do mesmo item gramatical, sinônimos, nomes genéricos, nominalizações, etc. A elipse também constitui uma forma de remissão a referentes textuais. Já a coesão sequencial está relacionada aos procedimentos linguísticos através dos quais se estabelecem relações semânticas e/ou pragmáticas entre segmentos do texto e que fazem o texto progredir. Dentre eles, podemos destacar: reiteração de itens lexicais (trazendo um acréscimo de sentido), paralelismos, paráfrases, recorrências de elementos fonológicos ou tempos verbais, uso de termos de um mesmo campo lexical, encadeamento de enunciados por justaposição (sem articuladores explícitos) ou conexão (com a presença de articuladores), progressão temática (tema/rema) e progressão tópica.

Esses dois critérios respondem pela textualidade de um texto, ou seja, o que faz com que um texto seja considerado como tal e respondem também pela construção de sentido no interior do texto. Os outros critérios, centrados no usuário (situacionalidade, informatividade, textualidade, intencionalidade e aceitabilidade) não são constitutivos do texto e contribuem de maneira acessória para o estabelecimento do sentido do texto. Essa exterioridade, quando levada em conta, surge como o contexto situacional/comunicativo imediato. O sentido se constitui dentro do texto através das relações de coesão que dão suporte à coerência.

Para o processamento textual (produção e compreensão do texto), concorrem três grandes sistemas de conhecimento: linguístico, enciclopédico e interacional (KOCH, 1995, p. 23-24).

Por conhecimento linguístico entende-se o conhecimento gramatical e lexical. É esse tipo de conhecimento o responsável pela organização do material linguístico na superfície textual, pelo uso dos recursos coesivos oferecidos pela língua e pela seleção lexical.

Por conhecimento enciclopédico (ou de mundo), entende-se o conhecimento armazenado na memória de cada indivíduo, seja do tipo declarativo (proposições sobre fatos do mundo) ou do tipo procedural (modelos cognitivos socioculturalmente determinados e adquiridos pela experiência). É através desses modelos que se pode levantar hipóteses sobre o conteúdo do texto e produzir inferências.

Por conhecimento interacional, entende-se o conhecimento sobre as formas de interação através da linguagem. Ele abrange os conhecimentos a) ilocucional, que permite o reconhecimento dos propósitos de um falante em uma dada situação; b) comunicacional, que trata das normas comunicativas gerais; c) metacomunicativo, que permite ao produtor do texto evitar ou sanar possíveis perturbações no texto; d) superestrutural, que permite reconhecer um texto como exemplar de uma classe ou tipo.

1.2. ANÁLISE DO DISCURSO

Falar de análise do discurso (referimo-nos à escola francesa de análise do discurso) implica uma mudança de terreno, mudança essa sempre requisitada por seu fundador, Michel Pêcheux. Saímos do terreno do linguístico *stricto sensu* e entramos na relação que o linguístico mantém com o histórico. É nessa relação tensa que encontramos o texto, definido por Orlandi (1995, p. 110), como objeto linguístico-histórico. Entretanto, é o conceito de historicidade, e não de história, que deve ser mobilizado para entendermos como o histórico intervém no texto. Se a relação da linguística com a história sempre colocava a última em uma posição marginal, em oposição a um centro, a análise do discurso toma a história não como externa ao texto, mas sim como constitutiva. Assim, trabalha-se com a historicidade do texto, ou seja, o modo como a matéria textual produz sentidos (ORLANDI, 1995, p. 110).

A historicidade diz respeito à história do sujeito e do sentido, pois o sujeito se constitui, produzindo sentido. Para a análise do discurso, a historicidade é a “função da

necessidade do sentido no universo simbólico” (ORLANDI, 1995, p.112). Dessa forma, o texto pode ser olhado como um objeto simbólico, tornando-se um fato de linguagem, considerando-o na sua historicidade. O texto também pode ser visto como objeto discursivo, reconhecendo a sua incompletude, visto que um texto mantém relação com outros textos, com as condições de produção e com o interdiscurso. Já tomar o texto como um objeto empírico sobre o qual se fará a análise implica considerar, metodologicamente, que ele tenha um início, meio e fim. O interesse da análise do discurso pelo texto não o toma como objeto final, mas sim como unidade que permite acesso ao discurso. Um texto é um recorte de um processo discursivo mais amplo. Após a análise, o analista debruça-se não sobre o texto, mas sim sobre o discurso, objeto central para a análise do discurso.

O conceito de discurso quebra a dicotomia saussuriana entre língua e fala e afasta a concepção da linguagem enquanto instrumento de comunicação. O discurso, para Pêcheux, é entendido como efeito de sentido entre interlocutores, sujeitos simbólicos inseridos em certas circunstâncias, elementos que constituem as condições de produção, a exterioridade constitutiva do discurso. As condições de produção não se restringem ao contexto imediato e tampouco dizem respeito a sujeitos empíricos. O contexto de que se trata aqui é o sócio-histórico e os sujeitos são lugares determinados na estrutura de uma formação social, representados no processo discursivo através do jogo de formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997, p. 82), ou seja, trata-se da posição-sujeito que é projetada no discurso. Nas palavras de Indursky (2006, p. 70),

o sentido do texto, nessa perspectiva teórica e à luz de suas condições de produção, resulta da interlocução discursiva estabelecida entre os sujeitos historicamente determinados [...] o sentido não pertence, de direito, nem ao texto nem ao sujeito que o produziu.

A noção de sujeito, juntamente com a de discurso, marca profundamente a diferença entre os enfoques linguísticos e o enfoque discursivo. Em primeiro lugar, porque não se trata de um sujeito empírico, mas sim de um lugar assumido pelo sujeito ao falar. Esse assumir-se no discurso se dá através da interpelação do indivíduo em sujeito através da ideologia. Essa interpelação se dá através da captura do sujeito em uma formação discursiva, definida em 1971 por Haroche, Pêcheux e Henry, como o que determina “o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (p. 26). Os autores ressaltam que não se trata da natureza das palavras empregadas, mas sim das construções nas quais essas palavras se combinam, pois as formações discursivas determinam a significação das palavras: “as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam” (p.

26). Assim, pode-se pensar que as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra.

A noção de formação discursiva é emprestada de Foucault e sofre modificações ao longo das formulações teórico-metodológicas da AD. Na passagem do conceito de Foucault para o de Pêcheux, este traz a ideologia como princípio organizador de uma formação discursiva. A formação discursiva assume um caráter cada vez mais heterogêneo graças a sua fronteira porosa e instável e às diferentes posições-sujeito que nela se configuram (INDURSKY, 2007).

As formações discursivas são componentes das formações ideológicas (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007, p.26) e é através das formações discursivas que estas se manifestam no discurso. O discurso é a materialidade da ideologia e o texto é a materialidade do discurso. Assim, uma determinada formação discursiva pode ser encontrada em diversos textos e um único texto pode estar atravessado por diversas formações discursivas, por vezes antagônicas, mesmo que o texto se filie a uma delas.

Além da contribuição da ideologia na constituição do sujeito, a noção de sujeito também é delimitada com a contribuição da teoria psicanalítica, na medida em que o sujeito é concebido como atravessado pelo inconsciente. Assim, o conceber o sujeito como interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente implica reconhecer que ele não é origem nem dono do sentido. Entretanto, o sujeito tem a ilusão de estar na origem do dizer e é essa ilusão que assegura sua imersão no interdiscurso para a partir daí poder enunciar, já que é no interdiscurso que se encontra o repetível que lhe permite dizer (INDURSKY, 2006, p. 69).

2. INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS TEÓRICOS NA METODOLOGIA DE ANÁLISE

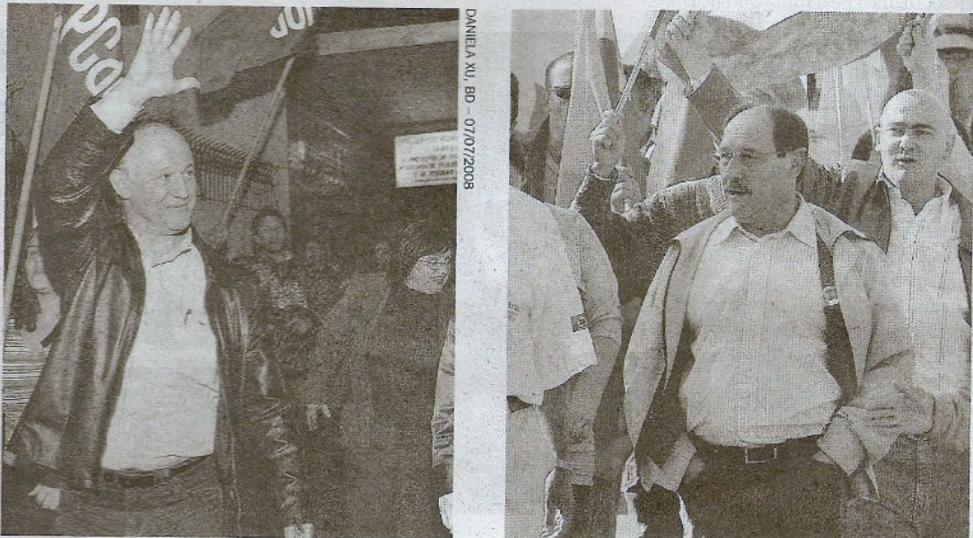
Feitas as considerações de ordem teórica a respeito das duas teorias que trazemos aqui, cabe-nos agora empregá-las de forma a verificar como cada uma pode auxiliar no processo de atribuição de sentido de um texto. Iniciamos trazendo o texto escolhido para a análise:

2.1. LINGUÍSTICA TEXTUAL

Para iniciarmos a análise, faremos a exposição do contexto imediato dessa nota: ela encontra-se na página 10 do jornal Zero Hora de 13 de julho de 2008. Essa seção é intitulada

Política e a responsável é a jornalista Rosane de Oliveira. Para entendermos o título “Cavalheiros armados”, precisamos remetê-lo ao contexto da publicação. Por se tratar de uma página cuja temática é política e ser um ano eleitoral, podemos inferir que se trata de adversários em uma campanha política. Porém, para sabermos quem são esses adversários, precisamos usar um recurso não-verbal: as imagens que se encontram abaixo do título. Entretanto, se as imagens não se encontram no conhecimento enciclopédico do leitor, a identificação dos candidatos só se dará no primeiro parágrafo para um candidato e no terceiro para o outro.

CAVALHEIROS ARMADOS



Com a previsão de uma disputa apertada em **Caxias do Sul**, a única cidade gaúcha que antecipou o segundo turno para 5 de outubro, os dois candidatos prometem uma campanha de alto nível – embora o clima já tenha começado a esquentar. O pedido da Frente Popular à Justiça para ter tempo de TV equivalente ao da chapa de situação, liderada pelo prefeito **José Ivo Sartori** (PMDB), foi o primeiro foco de tensão.

- Quem quer acordo não entra primeiro na Justiça – alfineta o prefeito sobre uma proposta apresentada pela Justiça Eleitoral para solucionar rapidamente o impasse.
- Tanto Sartori quanto seu opositor, o deputado e ex-prefeito **Pepe Vargas** (PT), apostam “nas classes menos favorecidas” como foco de suas campanhas.

- De cada R\$ 100 do orçamento, R\$ 54 são destinados para a área social – diz Sartori, que se apresentará com a mesma equipe, mas com a coligação turbinada. Em vez de cinco siglas, concorrerá com o apoio de 14.
- Pepe avisa que não fará “o discurso da terra arrasada”, mas tece críticas ao Orçamento Comunitário, substituto do Orçamento Participativo na atual gestão.
- Não vamos caminhar para trás. Queremos criar um processo mais amplo, queremos um planejamento participativo – diz Pepe.
- Embora planeje manter as linhas de seu governo, Sartori diz que quer mostrar capacidade de transformação. Pepe aposta na conjuntura nacional, que considera mais propícia a investimentos do que quando governou, de 1997 a 2004.

Figura 1: OLIVEIRA, Rosane de. Cavalheiros armados. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 jul. 2008. p. 10.

Outra informação apresentada pelo texto que só pode ser compreendida através do conhecimento enciclopédico do leitor é “a única cidade gaúcha que antecipou o segundo turno

para 5 de outubro”: o leitor deverá saber que uma eleição comporta o primeiro turno e, eventualmente, um segundo turno, no qual concorrem apenas dois candidatos. Como apenas dois candidatos estão concorrendo logo de início, não haverá necessidade de um segundo turno e a escolha definitiva já se dará na primeira etapa de votação.

Deter-nos-emos agora nos mecanismos de coesão referencial, dando especial atenção aos elementos de ordem lexical que reiteram os diferentes referentes textuais. É importante ressaltar aqui que a referência não trata dos objetos do mundo, mas sim de objetos construídos no discurso. “Caxias do Sul” é retomada como “a única cidade gaúcha que antecipou o segundo turno para 5 de outubro”; “prefeito José Ivo Sartori” é retomado como “prefeito” e “Sartori” (três vezes). Sobre o outro candidato, acontece um fenômeno interessante: a primeira referência a ele é através do substantivo “opositor”, definido em relação ao outro candidato, já nomeado e referenciado. É logo depois de “opositor” que encontramos “deputado e ex-prefeito Pepe Vargas” e podemos entender de quem se trata. Esse referente é retomado duas vezes como “Pepe” ao longo do texto. “Disputa apertada” é retomado como “uma campanha de alto nível”. “Primeiro foco de tensão” é retomado como “impasse”. “Chapa de situação” é retomado como “mesma equipe” e “coligação turbinada”. “Cavalheiros armados” é um elemento anafórico que só terá seu significado esclarecido com a expressão “os dois candidatos”. Podemos considerar que “disputa apertada” e “campanha de alto nível” são expressões elementos anafóricos que retomam indiretamente “cavalheiros armados”, pois se pode inferir que disputa e campanha envolvam participantes. Estes elementos também fazem parte da coesão sequencial, que ajuda a garantir a continuidade de sentidos no texto através da utilização de itens que fazem parte de um mesmo campo lexical e ativam o mesmo frame ou script (KOCH, 2004, p. 84).

Outro mecanismo de remissão a referentes textuais é a elipse, que consiste na omissão de um elemento anteriormente explícito. É o caso dos trechos: “- De cada R\$ 100 do orçamento, R\$ 54 são destinados para a área social – diz Sartori, que se apresentará com a mesma equipe, mas com a coligação turbinada. Em vez de cinco siglas, Ø concorrerá com o apoio de 14.” e “Pepe avisa que não fará “o discurso da terra arrasada”, mas Ø tece críticas ao Orçamento Comunitário”, onde o símbolo Ø indica a omissão de Sartori, no primeiro caso, e Pepe no segundo.

Sobre os mecanismos de coesão sequencial, podemos encontrar um exemplo de encadeamento de enunciados por justaposição, isto é, o estabelecimento de relações semânticas e/ou pragmáticas sem a presença de um articulador explícito no trecho: “Sartori,

que se apresentará com a mesma equipe, mas com a coligação turbinada. Em vez de cinco siglas, concorrerá com o apoio de 14.” Aqui, entendemos que a segunda frase específica (através da utilização de números) o sintagma nominal “coligação turbinada”. Em outra parte do texto, podemos encontrar encadeamento por conexão, ou seja, quando o conector está explícito no texto. É o caso de: “Pepe avisa que não fará “o discurso da terra arrasada”, mas tece críticas ao Orçamento Comunitário, substituto do Orçamento Participativo na atual gestão”, onde “mas” indica uma relação de contrajunção entre as duas orações. Encontramos também um articulador concessivo “embora” no trecho: “Embora planeje manter as linhas de seu governo, Sartori diz que quer mostrar capacidade de transformação”, indicando uma oposição.

Todos esses elementos auxiliam na coerência de um texto, mas como vimos anteriormente, através do princípio de aceitabilidade de Charolles (1988), o leitor deve relacionar o texto com seu contexto imediato para aceitá-lo como coerente.

2.2. ANÁLISE DO DISCURSO

Através da análise do discurso, procuraremos mostrar que a análise de um texto não se encerra no próprio texto, visto que o objetivo da análise é chegar ao discurso, que pode se materializar em diversos textos. Para tanto, vamos tomar como modelo o tipo de leitura proposto por Romão (2004), que critica uma leitura desfragmentada de um jornal e /ou revista. Assim, trazemos outro texto, retirado da mesma edição e da mesma página do jornal, para verificar como os discursos se encontram de maneira dispersa nos textos.

Spina
Biotecnologia

De tirar o fôlego

Com menos de uma semana de campanha e escasso material nas ruas, a primeira pesquisa do Ibope para a prefeitura de Porto Alegre depois da definição dos candidatos indica uma disputa acirrada tanto no primeiro quanto no segundo turno. A vantagem de 10 pontos percentuais do prefeito José Fogaça dá a ele uma certa gordura para queimar quando a campanha esquentar e começarem os ataques por parte dos adversários. Ele é o alvo.

O empate entre Manuela D'Ávila (PC do B) e Maria do Rosário (PT), ambas com 19% das intenções de voto, mostra o quanto o PT perdeu espaço na Capital a partir de 2004. Nas quatro

últimas eleições o PT figurou como favorito para uma das vagas do segundo turno ou para vencer no primeiro. Agora precisa trabalhar com a hipótese de ficar fora do segundo turno com consequência da divisão da esquerda, que o deixou sem parceiros importantes e com duas concorrentes a mais.

A divisão dos votos da esquerda entre Rosário, Manuela e Luciana Genro (PSOL) é tudo o que Fogaça quer no primeiro turno: cedo ou tarde, as três acabarão se engalfinhando para garantir lugar no segundo turno. Pelo mesmo motivo o deputado Onyx Lorenzoni (DEM) sustenta a tese de que haverá duas eleições em

5 de outubro: uma entre ele e Fogaça e outra “entre as meninas” para ver quem se classifica para o segundo turno. Por enquanto, Onyx não representa ameaça para ninguém. Teve apenas 4% na pesquisa.

As simulações de segundo turno corroboram as previsões de que esta será uma eleição de tirar o fôlego. Fogaça e Manuela estão tecnicamente empatados (40% para ele, 38% para ela). Num confronto com Maria do Rosário, Fogaça faz 41% e a deputada, 36%. Na hipótese de um enfrentamento entre as duas que brigam palmo a palmo pelo segundo lugar, Manuela teria 37% e Rosário, 33%.

Figura 2: OLIVEIRA, Rosane de. De tirar o fôlego. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 jul. 2008. p. 10.

Esse comentário, intitulado “De tirar o fôlego” e de autoria da jornalista Rosane de Oliveira, trata sobre as eleições de Porto Alegre em termos muito próximos das eleições de Caxias do Sul, nota que analisamos acima, porém de uma maneira contrastiva. A partir da leitura desses dois textos, estabelecemos uma Formação Discursiva Eleitoral, cujo saber regulador seria a proposição “*política se faz com diálogo limpo*”. Aqui retomamos os processos de tomada de posição em relação ao saber regulador, também chamado de forma-sujeito, de uma formação discursiva propostos por Pêcheux (1997, p. 215). A tomada de posição pode dar-se de maneira a identificar-se totalmente com a forma-sujeito, chamada de “discurso do bom-sujeito”; pode também ser realizada de maneira a se contra-identificar com a forma-sujeito, “o discurso do mau-sujeito” e a desidentificação do sujeito com os saberes de uma formação discursiva, ocasionando a passagem para outra formação discursiva.

No exemplo em análise, a posição-sujeito 1 se constitui através da identificação plena com esse saber regulador. As sequências discursivas da nota sobre as eleições em Caxias do Sul ilustram essa posição, a começar pelo próprio título “*Cavalheiros armados*” que, embora remeta à ideia de duelo, é uma disputa caracterizada por regras claras sobre o que pode ou não ser feito e pela civilidade que a norteia. Outra sequência que remete à mesma ideia é: “*os dois candidatos prometem uma campanha eleitoral de alto nível*”, promessa que equivaleria a manter o nível das discussões de forma a não atacar o adversário de forma vil. O texto da nota também firma um compromisso entre os dois candidatos, outra característica dos duelos cavalheirescos. Nesse sentido é que também podemos interpretar a sequência: “*Pepe avisa que não fará “o discurso da terra arrasada”, mas tece críticas ao Orçamento Comunitário, substituto do Orçamento Participativo na atual gestão. Ao avisar sobre a estratégia da qual não lançará mão, espera que seu oponente também não o faça.*”

Podemos identificar a posição-sujeito 2, que se forma através da contra-identificação com os saberes reguladores da Formação Discursiva Eleitoral e que traz consigo saberes vindos de fora comparando a campanha eleitoral a uma guerra entre bárbaros. No comentário “De tirar o fôlego”, as sequências discursivas “*quando a campanha esquenta e começam os ataques*” e “*ele é o alvo*” corroboram o caráter bélico das eleições na capital, em oposição ao caráter civilizado das eleições no interior. Embora o candidato Fogaça seja apontado como “*alvo*” por estar no primeiro lugar nas pesquisas, ele não se envolverá diretamente na guerra, pois serão as candidatas de esquerda que se “*acabarão se engalfinhando*” pelo segundo lugar. No último parágrafo, ao comparar o percentual de votos das candidatas, a jornalista utiliza termos como “*confronto*” e “*enfretamento*”, indicando mais uma vez o caráter de guerra dessa eleição.

Há uma ocorrência interessante na nota “Cavalheiros armados” que deve ser analisada aqui: o recorte do discurso do candidato Pepe Vargas feito pela jornalista. *“Pepe avisa que não fará “o discurso da terra arrasada”, mas tece críticas ao Orçamento Comunitário, substituto do Orçamento Participativo na atual gestão.* Terra arrasada é uma conhecida estratégia de guerra que consiste em bater em retirada das posições anteriores e destruir tudo que se encontra pela frente, de forma a não deixar nada para o inimigo.

Se fizermos uma leitura comparando o comentário “De tirar o fôlego” com a nota “Cavalheiros armados”, veremos que no primeiro está sempre presente a ideia da eleição como guerra, ao passo que no segundo encontramos afirmações sobre o caráter civilizado da disputa. Porém, ao fazer o recorte da fala de Pepe, a jornalista procura mostrar explicitamente que não haverá táticas de guerra nessa eleição do interior, afirmação que está antes relacionada com o comentário sobre as eleições de Porto Alegre do que com a nota sobre a campanha em Caxias do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias que foram expostas e utilizadas para a análise dos textos formam uma pequena parte de um leque muito maior dentro dos estudos da linguagem. Dentro das perspectivas teóricas que foram priorizadas aqui, não pretendemos esgotar as diversas possibilidades, visto que são campos bastante heterogêneos, e tampouco fazer uma análise exaustiva do texto. Também não foi nossa intenção hierarquizar as teorias de modo a achar uma que fosse melhor do que as outras, pois acreditamos que todas dão conta do que elas se propõem a realizar. A escolha da teoria deve ser feita pelo pesquisador com base nos seus objetivos de pesquisa. O que tentamos fazer nesse trabalho foi mostrar como cada teoria pode contribuir com aquilo que tem de mais específico para o entendimento do texto, tanto teórica quanto metodologicamente.

Um ponto de contato entre as teorias já exposto anteriormente é a tentativa de incluir o sujeito e a situação. Porém, como visto ao longo do texto, cada uma teoriza sobre essas noções de modo bastante peculiar, sendo impossível aproximá-las de forma a comparar entre elas e emitir juízos de valor. Assim, acreditamos que a maior contribuição que podemos dar é a de um maior esclarecimento acerca da constituição teórica de cada disciplina e dos seus dispositivos de análise, para que cada pesquisador possa escolher, dentre essas e outras teorias, a que mais se encaixa aos seus objetivos.

REFERÊNCIAS

BENTES, A. C. . Linguística textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.), *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2a. ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001, p. 245-287.

CHAROLLES, M. Introdução aos problemas de coerência dos textos. In: GALVES, Charlotte [et al.] (orgs.) *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, S: Pedro & João Editores, 2007.

INDURSKY, F. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: _____; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. O Texto nos Estudos da Linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni P., RODRIGUES, Suzi Lagazzi (org.), *Introdução às Ciências da Linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. O texto: construção de sentidos. *Organon*, Porto Alegre, n.23, 1995, p. 19-25.

MAINGUENEAU, Dominique. L'unité de la linguistique. *DELTA*, São Paulo, v. 6, n. 2, São Paulo, 1990, p.127-138.

ORLANDI, E. Texto e discurso. *Organon*, Porto Alegre, n.23, 1995, p. 109-116.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, F.; HAT, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-163.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Trad. E. P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, Rosane de. Cavalheiros armados. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 jul. 2008. p. 10.

_____. De tirar o fôlego. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 jul. 2008. p. 10.

ROMÃO, L. Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=294IMQ007> Acesso em 01 set 2008.

Elisa Marchioro STUMPF

Possui graduação em Letras - Português/Inglês pela Universidade de Caxias do Sul (2007) e mestrado em Letras - Teorias do texto e do discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Tem experiência na área de linguística e no ensino de línguas adicionais.